



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 2903/2016

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.15.000.000197/2016-74

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ

PROCURADOR OFICIANTE: ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM JÚNIOR

RELATOR: BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS

MATÉRIA: Notícia de Fato. Supostas fraudes envolvendo irregularidades para fins de recebimento de indenizações do seguro obrigatório DPVAT. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Prejuízo suportado pelas sociedades seguradoras conveniadas responsáveis pelo pagamento e pelos segurados. Ausência de qualquer elemento de informação capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Nesse sentido há precedentes da 2ª CCR (Processo nº 1.00.000.001560/2013-59, Voto nº 5113/2014, Sessão nº 601 de 25/07/2014) e do STJ (CC 39.801/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Sessão, DJ 1/2/2005; e CC 47.745/PB, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Sessão, DJ 30/3/2005). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, consequentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do Ministério Público Federal, às fls. 18/19, nestes termos:

“Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir de denúncia anônima, com vistas a apurar possíveis irregularidades no procedimento realizado para o recebimento das indenizações do Seguro DPVAT.

[...]

Melhor analisando os autos, observa-se não a ver qualquer elemento que justifique a atribuição do Ministério Público Federal para atuação no feito. Observa-se tratar de irregularidades ou possível fraude envolvendo o recebimento de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório – DPVAT, prejudicando as sociedades seguradoras conveniadas responsáveis pelo pagamento.”

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 13 de abril de 2016.

Brasilino Pereira dos Santos
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/GNM